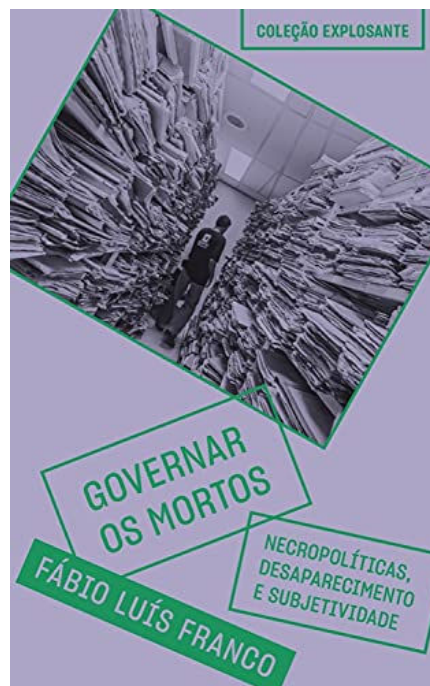


RESENHA:

FRANCO, Fábio Luís. **Governar os mortos:** necropolíticas, desaparecimento e subjetividade. 1ª ed., São Paulo: Ubu Editora, 2021.

Governo dos mortos e necrogovernamentalidade na atualidade política

ROGÉRIO DA ROCHA SEIXAS*



O livro *Governar os Mortos: Necropolíticas, Desaparecimento e Subjetividade* de Fábio Luís Franco, publicado em plena pandemia da Covid 19, apresenta uma potente reflexão atual e necessária, referente às práticas de governar a morte e o desaparecimento dos mortos, embasadas e impulsionadas por uma racionalidade neoliberal, cada vez mais nociva e destrutiva, que representa grande ameaça para o que ainda identificamos como Democracia.

Franco dialoga principalmente com o pensador camaronês Achille Mbembe, que ao cunhar o termo necropolítica, expôs um conjunto de práticas voltadas tanto para a gestão da morte quanto à vida, que passa a ser regulada, a partir da perspectiva da morte, podendo ser mantida ou interrompida, sobre certas condições determinadas pelo governo necropolítico. Destaque-se que Franco

não se atém às reflexões de Mbembe ou limita-se a reproduzir os seus conceitos.

No primeiro capítulo, denominado “Como Desaparecer Preenchendo Papéis”, Franco emprega suas noções de necrogovernamentalidade, negogoverno e o governo dos mortos, para analisar a extensão radical e as estratégias de governar a morte, evidenciando que este se expressa, quando é o Estado que o opera, administrando as práticas de desaparecimento dos cadáveres, além de autorizar ou negar o luto. Colocando suas noções de necrogovernamentalidade e governo dos mortos, como extensão radical e estratégia de governar a morte, Franco revela as estratégias institucionalizadas de normatização da morte como: o desaparecimento dos corpos, o impedimento do reconhecimento e



* **ROGÉRIO DA ROCHA SEIXAS** é Doutor em Filosofia pela UFRJ. Docente no curso de especialização em Direitos Humanos, Racismo e Saúde (DIHS)/Fiocruz/ENSP. Docente da FFP-DCH/UERJ. Pesquisador e Docente colaborador no Grupo de pesquisa BILDUNG do IFPR(CNPq). Participa como Pesquisador no Grupo de Pesquisa AFROSIN/UFRRJ (CNPq/FAPERJ).

enlutamento dos mortos por parte dos vivos, ocultando-se as suas mortes, exercendo-se o poder técnico-burocrático da morte, que oficializa o apagamento da memória existencial dos mortos.

Neste aspecto, ressalte-se uma característica essencial, referente à noção de negrogovernamentalidade: o seu potencial teórico que indica desdobramentos diferentes da ideia de necropolítica proposta por Mbembe, demonstrando que embutido no ocultamento dos corpos, determina-se de fato a gestão sobre os que estão mortos, porém que não podem ser reconhecidos como tais, passando a ser subjetivados como mortos-vivos, normatizados pela condição de “desaparecidos” ou “indigentes”, passando-se a interpretar a necropolítica, enquanto negrogovernamentalidade, isto é, o governo dos mortos.

No capítulo dois, “Gestão dos Mortos e contrarrevolução”, apresentando como base para discussão, o conceito de necropolítica, Franco resgata das guerras coloniais, ocorridas na Argélia e no Vietnã, os dispositivos de contra insurreição utilizados pelo Estado colonial francês, visando reprimir os movimentos revolucionários e aponta como estes foram legados às ditaduras latino-americanas, que exerceram o poder do desaparecimento, enquanto método político para dominação e repressão. Franco concebe uma genealogia das negrogovernamentalidades próprias das ditaduras latino-americanas, indicando que sem exceção, todas utilizaram-se dos mecanismos de negrogoverno e desaparecimento dos mortos. Com relação mais direta à ditadura brasileira, o autor destaca que: “Ao empregar o desaparecimento não apenas como técnica de combate, mas,

principalmente, como racionalidade política, a ditadura brasileira mostra que uma guerra contrarrevolucionária não envolve apenas o governo dos vivos: ela também implica e depende do governo dos mortos” (FRANCO, 2021, p.52).

No capítulo três, “Brasil: Um Laboratório Negrogovernamental”, obviamente, enfatiza-se a ditadura brasileira, ilustrando-se o seu principal paradigma: “A Vala clandestina de Perus”. Debate-se como as técnicas de desaparecimento da negrogovernamentalidade, durante a ditadura nacional, demonstrou-se brutalmente eficaz, deixando as bases para o que experimentamos em nossa democracia autoritária. Como observa Franco: “Uma das especificidades da ditadura brasileira foi complementar essas técnicas, desenvolvidas no contexto das guerras coloniais, desenvolvidas no contexto das guerras coloniais, com processos de desaparecimento que já transcorriam com frequência em organismos oficialmente responsáveis pela gestão da morte, envolvendo milhares de pessoas sem qualquer militância política, como testemunha o caso da vala clandestina de Perus” (FRANCO, 2021, pp. 85-86).

O capítulo quatro, por sua vez, intitulado “Com quais mortos se faz uma nação”, traz um fator que necessita ser destacado: a implementação da tática sutil e mordaz de governo que ao proibir o pranto pelos mortos escondidos, produz subjetividades melancólicas, indicando que a negrogovernamentalidade apresenta um eficaz mecanismo de subjetivação, quando da desrealização de corpos e das vidas desaparecidas, promovendo a melancolização dos viventes, impedidos de reconhecer e chorar pelos mortos invisibilizados.

Um dos efeitos dessa subjetivação, por parte do governo dos mortos, discutidos por Franco, refere-se à forma como algumas mortes são proibidas do direito de enlutamento público e reconhecimento social. Nega-se o luto por parte dos vivos, que sequer podem reconhecer os seus entes queridos, ao serem ocultados ou dados como desaparecidos, a partir de todo um aparato técnico-burocrático-político que os fazem desaparecer. Interpreta-se a prática desta violência com os mortos e os vivos, através da desumanização e do desaparecimento, enquanto instrumento de regulação negrogovernamental sobre todo o corpo social. Exerce-se uma gestão política do luto.

Segundo o autor: “A negrogovernamentalidade se incumbe não apenas da gestão dos corpos, mas também do controle dos rituais fúnebres, do tempo de realização das exéquias, das possibilidades de uma morte ser ou não ser publicamente reconhecida” (FRANCO, 2021, p. 111). Significa afirmar que negando-se o seu reconhecimento público, as vidas que deixaram de existir, em realidade nunca existiram. São vidas sem direito ao luto, pois suas mortes não são reconhecidas. Neste sentido, as pessoas não estão nem vivas e nem mortas, mas mergulhadas em uma interminável condição de meros espectros.

Assim sendo, a proibição do reconhecimento dos laços entre os vivos e os que morreram, mas cujas mortes são ocultadas, representa um efeito de hierarquização presente na negrogovernamentalidade: os mortos representam vidas indignas de serem vividas, cuja extinção se faz necessária para a paz e ordem do corpo social. Suas mortes ou melhor dizendo, suas não-mortes, em nada afetam a comunidade. Ao contrário, como demonstra a análise

construída no livro, a existência dessas vidas, na medida em que são consideradas como radicalmente outras, são representadas enquanto ameaça para a sociedade. Na condição de vidas desqualificadas, a sua desapareição apresenta-se como importante finalidade para o exercício do negrogoverno.

No capítulo final, denominado como “Estratégias Negrogovernamentais do Governo Federal para Gestão da Pandemia no Brasil”, analisa-se o contexto da pandemia da Covid-19 e a sua gestão negrogovernamental, exercida pelo atual governo brasileiro, incorporando a naturalização da morte, enquanto estratégia política para ações concretas. Franco desvela um fato específico e inédito desta gestão: a desrealização da especificidade da morte. O autor aponta ainda, nesta análise de desrealização das mortes por covid-19, “a criação de uma economia das sensibilidades articuladas à privatização da morte” (FRANCO, 2021, p. 143).

Assevere-se outro tema fulcral, discutido no capítulo final: o desaparecimento dos mortos por Covid-19, a partir da subnotificação, empregada como técnica de invisibilidade dos mortos pela pandemia. Aqui se identifica a técnica própria das instituições negrogovernamentais em desaparecerem com os “corpos mortos” e que ao mesmo tempo, minimiza a letalidade e a mortalidade do vírus, qualificando os números dos dados levados ao público, por outros órgãos, como irreais e fictícios. Citando Franco: “a desqualificação sistemática de dados e indicadores epidemiológicos” (FRANCO, 2021, p. 144).

Em se tratando da temática envolvendo a Covid-19 e o negrogoverno nacional, traçam-se paralelos importantes entre a gestão das mortes causadas pelo Coronavírus e as promovidas por consequência das políticas de violência negrogovernamental, pois não são separadas, mas unificadas. De modo semelhante, às mortes ocorridas devido à pandemia, os mortos pela violência policial, são apresentados como consequências “normais” das políticas governamentais. Pode-se inclusive identificar estes mortos por sua raça e classe social. Citando o autor: “Não por acaso, a subnotificação das mortes, a indeterminação das causas do óbito e a ausência de laudos atingem justamente aqueles grupos sociais que vimos serem os mais afetados pela pandemia: os negros e pobres, moradores de áreas periféricas” (FRANCO, 2021, p.148).

A partir deste horizonte, revela-se o forte potencial racista, presente no exercício de negrogoverno, que se constitui enquanto uma política de morte, em

especial, dos corpos negros, os subalternizando como racialmente inferiores, promovendo o esvaziamento de sua humanidade e os expondo tanto à condição de corpos matáveis quanto ao desaparecimento-morte. Citando Franco: “O racismo não apenas mata como faz com que os vivos se identifiquem como já mortos” (FRANCO, 2021, p. 98).

Finalmente, levando-se em conta o diagnóstico construído por Franco, somos alertados a não cair na armadilha ingênua de acusar as ações políticas implementadas por este atual governo, em meio a pandemia, como meramente “irresponsável” ou desqualificá-lo enquanto um “desgoverno”. Pelo contrário, o autor demonstra que a prática negrogovernamental de governar os mortos e os vivos, realiza-se de forma sutil, violenta, desumana e totalmente planejada.

Recebido em 2022-01-09
Publicado em 2022-03-01